

Sumário Contents

EDITORIAL	11
-----------------	----

El impacto de la jurisprudencia interamericana sobre las decisiones de la Administración Pública

The impact of inter-American jurisprudence on Public Administration decisions

Juan Carlos Covilla Martínez	13
------------------------------------	----

Introducción.....	14
1. Decisiones de la Corte Interamericana de Derechos Humanos que impactan sobre la administración pública.....	15
1.1. El juez interamericano y sus decisiones en el derecho interno	15
1.2. Fórmulas utilizadas para impactar en la administración pública.....	16
1.2.1. Modificación del panorama organizativo de la administración pública	17
1.2.2. Exigir características especiales de una determinada administración pública	18
1.2.3. Exigir el ejercicio de una competencia en un determinado sentido.....	19
1.2.4. Reflexiones sobre las categorías de decisiones.....	20
2. El rol del juez frente a la discrecionalidad de la administración pública.....	21
3. La transformación del rol del juez de la administración pública en casos de violación de derechos humanos	23
3.1. Transformación del control judicial de la administración pública en el marco de derechos humanos	24
3.2. Las decisiones por parte del juez interamericano.....	25
3.3. El control de convencionalidad por parte de la administración pública	27
Conclusión	29
Referencias	29

Oportunidades y desafíos de la noción de semidescentralización: reflexiones con ejemplos de Camerún, Canadá, Francia y Líbano

*Opportunities and challenges of the notion of semidecentralization:
reflections with examples from Cameroon, Canada, France and Lebanon*

Adrien Monat	33
--------------------	----

Introducción.....	34
I. Semidescentralización en la perspectiva de la separación de poderes	35
1. La separación de poderes como teoría general.....	35
2. Los límites de la tipología de las formas del Estado.....	37
3. La contribución de la semidescentralización a la tipología de las formas estatales	38
II. La semidescentralización de los poderes religiosos y tradicionales para la preservación del poder estatal	42

1	Los límites de la descentralización y la federalización para preservar el poder estatal	43
2	La integración de los poderes religiosos o tradicionales en la administración del Estado	46
3	Preservación del poder del Estado mediante la semidescentralización.....	49
III	La libertad política frente a la semidescentralización.....	50
1	La representación de las poblaciones que respetan el poder religioso o tradicional frente a la semidescentralización	51
2	La fluctuación de los procedimientos de decisión semidescentralizados	53
3	La autonomía de las poblaciones en el respeto del poder religioso o tradicional frente a la semidescentralización	54
	Referencias	57
The constitutionality of the early prorogation of the public service concessions <i>Da constitucionalidade da prorrogação antecipada das concessões de serviço público</i>		
	Odone Sanguiné, Felipe Montenegro Viviani Guimarães	63
1	Introduction	64
2	Species of prorogation.....	65
2.1	Emergency prorogation	66
2.2	Rebalancing prorogation	68
2.3	Public interest prorogation	70
2.3.1	Subspecies of prorogation by public interest	74
2.3.1.1	Common prorogation	74
2.3.1.2	Early prorogation	75
3	Constitutionality of the early prorogation	76
3.1	Canon of constitutional interpretation useful for interpreting the CRFB/88, Art. 175, sole para., I.....	76
3.2	Result of applying the principle of maximum effectiveness.....	77
4	Conclusion	80
	References.....	81
Sustentabilidade econômica e políticas públicas <i>Economic sustainability and public policies</i>		
	Fábricio Motta, Antônio Flávio de Oliveira	87
	Introdução	88
1	Políticas públicas: conceito, elementos e ligação com as atividades da Administração Pública	89
2	Sustentabilidade econômica – para além das preocupações com o meio ambiente	94
3	Políticas públicas e sustentabilidade econômica.....	97
3.1	Sustentabilidade econômico-financeira: fundamento jurídico constitucional	101
3.2	Conceituando sustentabilidade econômico-financeira.....	103
3.3	Regras relativas à sustentabilidade econômico-financeira.....	105
	Conclusão	110
	Referências	111

	Democracia participativa na gestão pública eficiente da cidade <i>Participatory democracy in efficient public management of the city</i>	
	Ligia Maria Silva Melo de Casimiro, Raquel Ramos Machado	115
1	Introdução	116
2	Administração Pública dialógica: sobre a democracia participativa nas decisões do Executivo	118
3	Cidade plural: políticas urbanas e gestão democrática	125
4	A título de considerações	130
	Referências	132
A prevenção e a repressão ao fenômeno multinacional da corrupção: o papel indutivo dos instrumentos normativos internacionais e regionais sobre o ordenamento jurídico brasileiro atinente à matéria como forma de proteção multilível aos direitos fundamentais <i>The prevention and repression of the multinational corruption phenomenon: the inductive role of international and regional normative instruments on the Brazilian legal order as a form of multilevel protection of fundamental rights</i>		
	Felipe Dalenogare Alves, Mônica Clarissa Hennig Leal	137
1	Introdução	139
2	Uma breve análise do fenômeno da corrupção no Brasil: a necessidade de uma compreensão histórica do descobrimento até os dias atuais	140
3	Os principais dispositivos normativos internacionais e regionais atinentes à corrupção: uma breve análise de deus dispositivos de indução de medidas domésticas de prevenção e combate ao fenômeno multinacional	146
4	Uma breve análise dos principais instrumentos normativos internos e a influência ou compatibilização aos instrumentos internacionais e regionais de prevenção e repressão aos atos de corrupção	157
5	Conclusão	160
	Referências	161
Das liberdades públicas aos direitos fundamentais: um estudo do caso francês <i>From public liberties to fundamental rights: a study of the French case</i>		
	Gabriel Rezende de Souza Pinto	165
1	Introdução	166
2	Uma recepção controvérida	167
2.1	O surgimento de uma teoria dos direitos fundamentais na Alemanha do pós-guerra	167
2.2	Direitos fundamentais e as instituições europeias	170
3	Direitos fundamentais e liberdades públicas: a recepção francesa	173
3.1	Michel Fromont e o constitucionalismo alemão	174
3.2	A Escola de Aix: direitos fundamentais e liberdades públicas	177
3.3	Reações cis-constitucionais: a doutrina das liberdades públicas	182
3.4	Reflexividade pronunciada ou attenuada	187
4	Conclusão	190
	Referências	192

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e a ampliação dos parâmetros de controle dos atos administrativos: um novo paradigma <i>The Law of Introduction to the Rules of Brazilian Law and the expansion of the control parameters of administrative acts: a new paradigm</i>	
Edilson Vitorelli	195
1 Proposta	196
2 O controle dos atos administrativos: a discricionariedade como "cavalo de Troia dentro do Estado de Direito"	197
3 A revolução da atividade administrativa: o controle pelas consequências e o art. 20 da LINDB	199
4 Quais consequências? Um guia prático para o administrador público	203
5 Consequências devem prevalecer sobre a legalidade estrita?	209
6 Sindicabilidade da análise das consequências	211
7 O gestor poderia ser penalizado por não levar em conta as consequências da sua atividade?	212
8 Os efeitos do art. 20 sobre os órgãos de controle, o Ministério Público e o Poder Judiciário.....	213
9 O papel preventivo do Ministério Público e dos órgãos de controle na aplicação da LINDB.....	215
10 Conclusão	216
Referências	218
Da responsabilidade civil do Estado por omissão fiscalizatória: accidentalidade provocada pelo rompimento da barragem de Brumadinho <i>Of the civil liability of the state for fiscalatory omission: accidentality caused by the breakage of Brumadinho barrage</i>	
Edimur Ferreira de Faria, Renata Martins de Souza	221
1 Introdução	222
2 Das consequências (danos) dos rompimentos das barragens em Brumadinho e da responsabilidade primária por parte da Vale, empresa mineradora	223
2.1 Das causas do rompimento da barragem em Brumadinho e da incontestável responsabilidade por parte da Empresa Mineradora.....	224
2.2 Das consequências (danos) do rompimento das barragens	228
3 Responsabilidade civil do Estado	230
3.1 Evolução da responsabilidade civil do Estado	231
3.2 Responsabilidade civil extracontratual do Estado por condutas omissivas	233
4 Responsabilidade dos entes públicos pelos danos causados em virtude do rompimento das barragens de rejeitos da Vale, em Brumadinho/MG	238
5 Conclusão	244
Referências	245

Quem tem notável saber jurídico? O papel da Presidência da República e do Senado Federal no processo de nomeação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal na Constituição Federal de 1988 <i>Who has noteworthy legal knowledge? The role of the Presidency of the Republic and the Federal Senate in the process of appointment of the ministers of the Supreme Court at Brazilian Federal Constitution</i>	
Daniel Barile da Silveira	249
Introdução	250
1 O modelo de recrutamento do Supremo Tribunal Federal na Constituição de 88	253
2 O papel do Presidente da República na escolha dos Ministros do STF	257
3 O papel do Senado Federal na nomeação dos Ministros do STF.....	265
Conclusão	276
Referências	278
DIRETRIZES PARA AUTORES <i>AUTHOR GUIDELINES</i>	
1. Submissão de artigos	281
2. Qualificação dos autores	281
3. Ineditismo e exclusividade	281
4. Idiomas	281
5. Apresentação do texto e elementos pré-textuais	281
6. Metodologia científica	283
7. Redação	285
8. Artigos resultantes de pesquisas financiadas	285
9. Declaração de direitos autorais	285
10. Responsabilidade dos autores	285
11. Conflito de interesses	286
12. Outras informações	286
Condições para submissão <i>Submission Preparation Checklist</i>	287
Declaração de Direito Autoral <i>Copyright Notice</i>	287
Política de Privacidade <i>Privacy Statement</i>	288
Política de Ética e Diretrizes de Boas Práticas na Publicação <i>Publishing Ethics and Publishing Malpractice Statement</i>	288
Deveres do Editor	288
Deveres dos Pareceristas	289
Deveres dos Autores	289
Deveres da Editora	290